RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS, S.A.
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68311
Conservatória	Lisboa
Capital social	50000

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade VILA DOS NÚMEROS, S.A., em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Mapa dos Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo.

1. Evolução da actividade da empresa

A entidade tem vindo a desenvolver a sua actividade com normalidade, pelo que os seus objectivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/21	31/dez/20	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0.00%
Fornecimentos e serviços externos	19 334	19 273	61	0,31%
Gastos com o pessoal	2 512	0	2 512	100.00%
Gastos de depreciação e de amortização	23 459	26 823	-3 365	-12,54%
Perdas por imparidade	0	0	0	0.00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0.00%
Provisões do período	0	0	0	0.00%
Outros gastos e perdas	5 639	8 217	-2 578	-31,38%
Gastos e perdas de financiamento	1	0	1	100.00%
TOTAL	**50 944**	**54 314**	**-3 370**	**-6,20%**

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/21	31/dez/20	Δ Valor	Δ %
Vendas	21 942	0	21 942	100.00%
Prestações de serviços	24 600	3 600	21 000	583,33%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0.00%
Subsídios à exploração	3 258	0	3 258	100.00%
Reversões	0	0	0	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0.00%
Outros rendimentos e ganhos	3 383	0	3 383	100.00%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	12	-12	-100,00%
TOTAL	**53 183**	**3 612**	**49 571**	**1372,24%**

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/21	31/dez/20	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	25 698	-23 890	49 588	207,57%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	2 240	-50 714	52 954	104,42%
Resultado financeiro	-1	12	-13	-104,19%
Resultado antes de impostos	2 239	-50 701	52 940	104,42%
Imposto sobre o rendimento do período	-133	0	-133	133,00%
Resultado líquido do período	2 106	-50 701	52 807	104,15%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:

CAPITAL PRÓPRIO	31/dez/21	31/dez/20	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	50 000	50 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0.00%
Outros instrumentos de capital próprio	80 000	80 000	0	0,00%
Prémios de emissão	0	0	0	0.00%
Reservas legais	0	0	0	0.00%
Outras reservas	0	0	0	0.00%
Resultados transitados	-274 127	-223 426	-50 701	-22,69%
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0.00%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0.00%
Outras variações no capital próprio	0	0	0	0.00%
Resultado líquido do período	2 106	-50 701	52 807	104,15%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da actividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	-15,46	-10,96
Endividamento global	Passivo total / Activo total	1,10	1,10
Solvabilidade	Capital próprio/ Passivo total	-0,06	-0,09
Solvabilidade total	Activo total / Passivo total	0,91	0,91

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/21	31/dez/20
Liquidez geral	Activo corrente / Passivo corrente	0,30	0,01
Liquidez reduzida	(Activo corrente - inventários - activos biológicos - activos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,30	0,01
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,00	0,01

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /acções próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respectivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a sociedade e os seus gerentes/administradores, ao abrigo do artigo 397.° do Código das Sociedades Comerciais

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da sociedade

A sociedade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o lucro líquido do exercício no valor de 2106,23 euros, seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

10. Agradecimentos

A gerência aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 23 de novembro de 2022

Órgão de Gestão

Ana Lúcia Jardim Leal

VILA DOS NÚMEROS, S.A.

Contribuinte: 509085652

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2021	31 dez 2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	9,13	1 397 970,92	1 421 429,43
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis	8		
Ativos Biológicos			
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - Outros Métodos			
Accionistas / Sócios	24		
Outros Ativos Financeiros		24,25	
Ativos por Impostos Diferidos			
		1 397 995,17	1 421 429,43
Ativo Corrente			
Inventários	20		
Ativos Biológicos			
Clientes	23	3 850,00	
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado		8 546,99	7 845,55
Acionistas / Sócios	24		
Outras Contas a Receber		634 751,49	1 631,24
Diferimentos			
Ativos Financeiros Detidos para Negociação			
Outros Ativos Financeiros			
Ativos Não Correntes Detidos para Venda			
Caixa / Depósitos Bancários	5	7 476,57	8 017,10
		654 625,05	17 493,89
Total do Ativo		2 052 620,22	1 438 923,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado		50 000,00	50 000,00
Ações / Quotas Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio		80 000,00	80 000,00
Prémios de Emissão			
Reservas Legais			
Outras Reservas			
Resultados Transitados		-274 127,38	-223 426,18
Ajustamentos em Ativos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio			
Dividendos Antecipados			
Resultado Líquido do Periodo		2 106,23	-50 701,20
Total do Capital Próprio		-142 021,15	-144 127,38
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	11,12		
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego			
Passivos por Impostos Diferidos			
Outras Contas a Pagar			
Passivo Corrente			
Fornecedores	24	19 515,48	16 056,91
Adiantamentos de Clientes			
Estado	25	2 716,65	1 457,72
Acionistas / Sócios			
Financiamentos / Obtidos	11,12		
Outras Contas a Pagar	24	2 172 409,24	1 565 536,07
Diferimentos			
Passivos Financeiros Detidos para Negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		2 194 641,37	1 583 050,70
Total do Passivo		2 194 641,37	1 583 050,70
Total do Capital Próprio e Passivo		2 052 620,22	1 438 923,32

Órgão de Gestão: _____

Contabilista Certificado n.º 59440

VILA DOS NÚMEROS, S.A.

Contribuinte: 509085652

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 dez 2021	31 dez 2020
Vendas e Serviços Prestados	22	46 542,00	3 600,00
Subsídios à Exploração		3 257,86	
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Variação Nos Inventários da Produção			
Trabalhos para a Própria Entidade			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-19 334,06	-19 273,44
Gastos com o Pessoal	28	-2 512,19	
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14		
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)			
Aumentos Reduções de Justo Valor			
Outros rendimentos	29,32	3 383,49	
Outros Gastos	30	-5 638,61	-8 216,74
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		25 698,49	-23 890,18
Gastos / Reversoes de Depreciações	31	-23 458,51	-26 823,44
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		2 239,98	-50 713,62
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26		12,42
Juros e Gastos Similares Suportados	26	-0,52	
Resultado Antes de Impostos		2 239,46	-50 701,20
Imposto Sobre Rendimento do Periodo		-133,23	
Resultado Líquido do Período		2 106,23	-50 701,20

Órgão de Gestão: _____

Contabilista Certificado n.º 59440

ANEXO

2021

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	VILA DOS NÚMEROS, S.A.
Morada	Praça D. António Ribeiro, nº 5 10º A
Código postal	1750-372
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	509085652
Classificação de actividade económica (CAE)	68311
Conservatória	Lisboa
Capital social	50000

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO 4
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 4
3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA 4
4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 4
5 - FLUXOS DE CAIXA 10
6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS 10
7 - PARTES RELACIONADAS 10
8 - ATIVOS INTANGÍVEIS 11
9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 12
11 - LOCAÇÕES 13
12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS 13
13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 13
14 - IMPARIDADE DE ATIVOS 13
15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS 14
16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS 14
17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO 14
18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS 14
19 - AGRICULTURA 14
20 - INVENTÁRIOS 15
21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO 15
22 - RÉDITO 16
23 - CLIENTES 16
24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES 16
25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 17
26 - RESULTADOS FINANCEIROS 17
27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 18
28 - GASTOS COM PESSOAL 19
29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 19
30 - OUTROS GASTOS E PERDAS 20
31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 20
32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 20
32 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO 20
33 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 20

34 - MATÉRIAS AMBIENTAIS 20
35 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS 21
36 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 21
37 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 21
38 - EVENTOS SUBSEQUENTES 21
39 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 21
40 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 21

VILA DOS NÚMEROS, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: VILA DOS NÚMEROS, S.A.
1.2 Sede: Lisboa
1.3 Natureza da atividade: Actividades de mediação imobiliária.
1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Pequenas Empresas (NCRF-PE).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009).

4 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de VILA DOS NÚMEROS, S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras contruções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa

associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

5 - Fluxos de caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/21	31/dez/20
Caixa	3 605	300
Depósitos à ordem	3 871	7 717
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	**7 477**	**8 017**

6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

6.1 – As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 – As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 – Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 – Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7 - Partes relacionadas

7.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe:

_____

7.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

_____

7.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

	Transações		Saldos pendentes	
ENTIDADE RELACIONADA	Alienações	Aquisições	Devedor	Credor
Estrato Real, Lda.	-	-	632 000	-
Léxico SGPS	-	-	-	(2 122 327)
Voxatlas, Lda.	-	-	-	(35 770)

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

8 - Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2021 e 2020:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 1/jan/21	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/21
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0	-	-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
Total do ativo bruto	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0		-
Total do ativo líquido	-	-	-	-	-

9 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2021 e 2020:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 1/jan/21	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/21
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	63 329	-	-	-	63 329
Edifícios e outras construções	1 172 925	-	-	-	1 172 925
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	243 057	-	-	-	243 057
Total do ativo bruto	1 479 311	-	-	-	1 479 311
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(61 246)	(23 459)	3 365	-	(81 340)
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(61 246)	(23 459)	3 365	-	(81 340)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	1 418 065	(23 459)	3 365	-	1 397 971

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	63 329	-	-	-	63 329
Edifícios e outras construções	1 172 925	-	-	-	1 172 925
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	243 057	-	-	-	243 057
Total do ativo bruto	1 479 311	-	-	-	1 479 311
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(34 423)	(26 823)	-	-	(61 246)
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(34 423)	(26 823)	-	-	(61 246)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	1 444 888	(26 823)	-	-	1 418 065

10 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

Não aplicável.

11 - Locações

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

LOCAÇÕES	31/dez/21		31/dez/20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	-	-	-	-

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições impostas.

12 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/21		31/dez/20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**

13 - Propriedades de investimento

Não aplicável.

14 - Imparidade de ativos

Imparidade de Inventários

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imparidade de Inventários dos períodos de 2021 e 2020

IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS	31/dez/21	31/dez/20
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	-	-
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	**-**	**-**

Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2021 e 2020

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	31/dez/21	31/dez/20
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	-	-
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	**-**	**-**

15 - Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Ganhos / Perdas imputados de Subsidiárias, Associadas dos períodos de 2021 e 2020

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/dez/21	31/dez/20
Saldo Inicial	-	-
Resultados imputados	-	-
Resultados distribuidos		
Outros movimentos		
Saldo Final	**-**	**-**

16 - Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS	31/dez/21	31/dez/20
Ganhos por aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-
Ganhos por alienações	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Cobertura de Prejuízos	-	-
Perdas por aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-
Perdas por alienações	-	-
Outros gastos e perdas	-	-
Total	**-**	**-**

18 - Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19 - Agricultura

Não aplicável.

20 - Inventários

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a descriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/21	31/dez/20
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	-
Compras	-	-
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	-	-
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e at. biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos:	-	-

Variação nos Inventários da Produção

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Variação nos Inventários da Produção períodos de 2021 e 2020

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	31/dez/21	31/dez/20
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos	-	-
Total	-	-

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2021 e 2020

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	31/dez/21	31/dez/20
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	-	-

21 - Contratos de construção

Não aplicável.

22 - Rédito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2021 e 2020

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/dez/21	31/dez/20
Vendas de Mercadorias	21 942	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	24 600	3 600
Total:	**46 542**	**3 600**

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/dez/21	31/dez/20
Nacional	46 542	3 600
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
Total:	**46 542**	**3 600**

23 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/21	31/dez/20
Clientes conta corrente	3 850	-
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	**3 850**	**-**
Adiantamentos de Clientes	-	-

24 - Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/21	31/dez/20
Fornecedores conta corrente	18 516	16 057
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	**18 516**	**16 057**
Adiantamentos a fornecedores	-	-

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31/dez/21	31/dez/20
A RECEBER	**634 751**	**1 631**
Fornecedores - Devedores	1 000	-
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acrescimos de rendimentos	-	-
Outros devedores	633 751	1 631
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	**(2 172 409)**	**(1 562 171)**
Clientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	-	-
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acrescimos de gastos	-	-
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(2 172 409)	(1 562 171)
Total	**(1 537 658)**	**(1 560 540)**

A linha Outros Credores inclui um saldo em dívida ao acionista Léxico SGPS, S.A., no valor de 2.122.327 euros.

25 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/21	31/dez/20
Ativo	**8 547**	**7 846**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	6 050	6 050
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 497	1 796
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	**(2 583)**	**(1 458)**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(412)	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(687)	-
Outros impostos e taxas	(1 484)	(1 458)
Total	**5 964**	**6 388**

26 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2021 e 2020:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/21	31/dez/20
Juros e rendimentos similares obtidos	-	**12**
Juros obtidos	-	12
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	**(1)**	-
Juros suportados	(1)	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	**(1)**	**12**

27 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/21	31/dez/20
Subcontratos	-	2 353
Serviços especializados	**14 919**	**9 601**
Trabalhos especializados	14 626	**9 115**
Publicidade e propaganda	-	37
Vigilância e segurança	-	-
Honorários	-	300
Comissões	-	-
Conservação e reparação	215	-
Outros	78	150
Materiais	**357**	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	357	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	-	-
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	**3 276**	**1 598**
Eletricidade	1 576	981
Combustíveis	189	-
Água	1 510	617
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	**7**	-
Deslocações e estadas	7	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	**775**	**5 721**
Rendas e alugueres	74	4 882
Comunicação	35	-
Seguros	349	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	125	84
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	-	712
Outros serviços	192	43
Total	**19 334**	**19 273**

28 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2021 e 2020

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/21	31/dez/20
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(2 040)	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(472)	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	-
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
Total	**(2 512)**	-

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO PESSOAL AREAS-CHAVE	31/dez/21	
	Órgãos	Supervisão
	Administração	Direção
Total de remunerações		
Total de beneficios a curto prazo		
Total benefícios pós-emprego		
Total de outros beneficios a longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Benefícios de remuneração em capital próprio		
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal		
Total	-	-
N. de Trabalhadores		

29 - Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2021 e 2020:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/21	31/dez/20
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	19	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	3 365	-
Total	**3 383**	-

30 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/21	31/dez/20
Impostos	5 257	8 181
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	-
Quotizações	-	36
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	382	-
Total	**5 639**	**8 217**

31 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2021 e 2020:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/dez/21	31/dez/20
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(23 459)	(26 823)
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	**(23 459)**	**(26 823)**

32 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2021 e 2020:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/21	31/dez/20
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3 258	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	**3 258**	**-**

32 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

33 - Acontecimentos após a data do balanço

Não aplicável.

34 - Matérias ambientais

Não aplicável.

35 - Instrumentos financeiros

Não aplicável.

36 - Benefícios dos empregados

Não aplicável.

37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

38 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

39 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

40 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VILA DOS NÚMEROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.052.620 euros e um total de capital próprio negativo de 141.021 euros, incluindo um resultado líquido de 2.106 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VILA DOS NÚMEROS, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2021, as outras contas a receber incluem um montante de 632 milhares de euros referente a um saldo a receber de uma parte relacionada, para o qual não obtivemos evidência suficiente e apropriada que nos permitisse concluir sobre a sua correta valorização e recuperabilidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75,
8º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

ÊNFASE

Tal como evidenciado na face do balanço, o capital próprio, é inferior a metade do capital social, pelo que a Entidade se encontra abrangida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, devendo, em consequência, a Assembleia Geral de acionistas tomar as medidas nele previstas, garantindo a adequada capitalização da Entidade. Conforme divulgado na nota 24 do Anexo, a 31 dezembro de 2021 a Entidade apresenta uma dívida de 2.122 milhares de euros junto do acionista, que deste modo financia as suas necessidades de tesouraria, em suporte da sua operação.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente,

se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.° 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de novembro de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
O Sócio Responsável pela Elaboração

Pedro Miguel Manso, ROC n.° 1.421
Registado na CMVM sob o n° 20161031

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.° 1.266 Registado na
CMVM sob o n° 20160877

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **VILA DOS NÚMEROS, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. A relação entre o capital social e o capital próprio indicia a aplicabilidade do Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que cabe aos acionistas em Assembleia Geral tornarem as medidas tendentes à sua resolução. As contas foram apresentadas num pressuposto de continuidade.
6. **Parecer**

   Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

   a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela Administração;

   b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
7. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de novembro de 2022

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o nº 20160877